



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

ATA Nº1

REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Página | 1

LOCAL: PALÁCIO DA JUSTIÇA DE CASTELO BRANCO

DATA: 23/02/2023

Pelas 15:10 horas deu-se início à reunião, encontrando-se presentes:

- O Exmo. Juiz Presidente Dr. Miguel Mauro Fernandes de Castro;
 - O Exmo. Sr. Dr. António Filipe Gaspar da Costa Maciel, Magistrado do Ministério Público Coordenador;
 - A Exma. Administradora Judiciária Dra. Célia de Fátima Salgueiro Rodrigues da Costa;
 - O Exmo. Sr. Procurador da República Dr. Luís Miguel Cristino da Silva Campos representante dos Exmos. Srs. Procuradores da República;
 - O Exmo. Sr. Dr. Francisco Pombo Lopes, em representação da Ordem dos Advogados;
 - A Exma. Senhora Paula Matos Ferreira Castro, representante da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução;
 - O Exmo. Senhor Dr. Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, representante do Município do Fundão;
 - O Exmo. Senhor Engº João Manuel Ventura Grilo de Melo Lobo, representante do Município de Proença-a-Nova;
 - O Exmo. Sr. José Manuel Geraldês Pires, representante dos Senhores Oficiais de Justiça em exercício de funções na Comarca,
- comigo, António Gonçalves, Oficial de Justiça no apoio aos Órgãos de Gestão da Comarca de Castelo Branco, tendo por objeto os seguintes pontos:

Ponto 1 – Aprovação do Relatório anual da Comarca;

Ponto 2 - Outros assuntos.

Não se encontravam presentes o Exmo. Sr. Dr. João Manuel Rodrigues Mateus representante dos Srs. Juízes, o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Mateus Paulo Serra, representante da UBI de Covilhã e o Exmo. Senhor Sérgio Santos, representante da área da economia, os quais atempadamente, por razões de índole profissional comunicaram a sua impossibilidade de comparência.



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

Pelo Exmo. Sr. Dr. João Manuel Rodrigues Mateus foi ainda comunicada a sua concordância com o relatório proposto.

Iniciada a reunião, o Senhor Juiz Presidente efetuou uma breve referência ao relatório anual da Comarca, referente ao ano de 2022, disponibilizando-se para a prestação de quaisquer esclarecimentos.

Página | 2

O Exmo. Senhor Magistrado do Ministério Público Coordenador salientou a falta de um Juízo de Instrução Criminal, que, a existir, facilitaria em muito a tramitação dos inquéritos. Concorde com o referido no relatório quanto à carência de Oficiais de Justiça, mostrando-se, contudo, cético quanto ao preenchimento na totalidade das vagas no processo de admissão dos 200 novos Oficiais de Justiça. No mais, concorda e louva o teor do relatório.

Seguidamente, no uso da palavra, a Exma. Senhora Administradora Judiciária, pronunciando-se quanto ao relatório, disse concordar com o mesmo, nada tendo a realçar, salientando a falta de funcionários na Comarca.

Após, no uso da palavra, a Exma. Senhora representante da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução, pronunciando-se quanto ao relatório, disse concordar com o mesmo, mostrando total disponibilidade e colaboração com a Justiça.

Seguidamente, no uso da palavra, o Exmo. Senhor representante da Ordem dos Advogados, pronunciando-se quanto ao relatório, disse concordar com o mesmo, salientando dele resultar a caracterização do cenário pós-pandemia.

Em seguida, no uso da palavra, o Senhor Eng^o João Manuel Ventura Grilo de Melo Lobo, pronunciando-se quanto ao relatório, disse concordar com o mesmo, demonstrando a necessidade de uma evolução da Justiça na relação de proximidade com as populações e na celebração de protocolos com os respetivos municípios. Salientou a falta de funcionários. Questionou ainda qual o destino do relatório e se a tutela tem conhecimento para eventual realização do mapeamento das necessidades dos Oficiais de Justiça a nível nacional e, em concreto, na Comarca.

O Senhor Juiz Presidente informou que o relatório é comunicado ao Conselho Superior da Magistratura, o mesmo sucedendo com os relatórios das restantes Comarcas, pelo que o Conselho Superior da Magistratura dispõe do conhecimento de todas as necessidades.

Após, no uso da palavra, o Exmo. Senhor. Dr. Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos elogiou o relatório apresentado, que do mesmo se extrai um elevado nível de cumprimento processual, salientando a necessidade de uma permanente colaboração entre os Municípios e a Justiça, manifestando total disponibilidade e colaboração do Município do Fundão, complementando o repto aqui lançado pelo Sr. Presidente do Município de Proença-a-Nova.

Questionou ainda qual a abordagem da justiça e eventuais obstáculos face aos novos migrantes, designadamente quanto à criminalidade e xenofobia associada.

O Senhor Juiz Presidente concedeu a palavra ao Senhor Magistrado do Ministério Público Coordenador, o qual, no seu uso, disse que, na área da família e menores, têm surgido alguns casos de menores não acompanhados. Em termos gerais não se têm verificado reações negativas de cidadãos oriundos de outras paragens, existindo, contudo, situações pontuais de criminalidade associada, já sinalizada pelos respetivos Órgãos de Polícia Criminal.

No Núcleo da Covilhã têm sido reportadas dificuldades na área criminal e laboral de cidadãos oriundos do Nepal, Bangladesh e Índia, existindo casos de exploração laboral.



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

Seguidamente, o Senhor Juiz Presidente salientou o investimento nos protocolos com os Municípios, realçando que estes tudo têm feito para colaborar com a Justiça.

Seguidamente, no uso da palavra o Exmo. Sr. José Manuel Geraldês Pires disse nada ter a acrescentar quanto à apresentação do relatório, dado que já foi salientada a necessidade de Oficiais de Justiça.

Página | 3

Após, no uso da palavra, o Dr. Francisco Pombo salientou a questão da demografia na Comarca, traduzindo-se numa quebra, a qual vem sendo colmatada pelos novos migrantes, o que implica a dotação por parte da Justiça de novos meios, designadamente na área da tradução linguística.

Seguidamente o Senhor Juiz Presidente, no que concerne a uma eventual alteração legislativa quanto à reorganização judiciária, informou os presentes que o Conselho Superior da Magistratura decidiu não apresentar qualquer proposta de alteração da atual configuração judiciária.

Após, por sugestão do Dr. Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, que foi unanimemente acolhida, foi deliberado constituir posição deste Conselho Consultivo que a atual configuração judiciária da Comarca se deverá manter, salvo quanto ao Juízo de Instrução Criminal, que deverá ser criado e instalado na Comarca, atentos os elevados números na área da instrução criminal.

**

Nada mais havendo a tratar, sendo 16:30 horas, a reunião foi dada por encerrada.

Para constar se lavrou a presente ata, que após lida e revista, vai ser assinada.

Miguel Mauro Fernandes de Castro

(Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco)

Miguel Castro

Assinado de forma digital por
Miguel Castro
Dados: 2023.02.28 16:41:37 Z

António Filipe Gaspar da Costa Maciel

(Magistrado do Ministério Público Coordenador do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco)

Filipe Maciel

Assinado de forma digital por Filipe Maciel
Dados: 2023.03.02 10:18:26 Z

Célia de Fátima Salgueiro Rodrigues da Costa

(Exma. Administradora Judiciária do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco)

**Célia Rodrigues
Costa**

Assinado de forma
digital por Célia
Rodrigues Costa
Dados: 2023.03.02
10:29:14 Z